COMUNIDADE: CONCEITO E REPRESENTAÇÃO

Ana Elizabeth Santos Alves
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0603-2113
Endereço eletrônico: anaelizabeth.anamestrado@gmail.com

Bruna da Cruz Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Caetité, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-4939-0649
Endereço eletrônico: brunadacruzsantoss@gmail.com

Thais Jesus Bastos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-0630-9030
Endereço eletrônico: thaisjesusbastos@gmail.com

Palavras-chave: capitalismo; comunidade; desenvolvimento de comunidade;

INTRODUÇÃO

O pensamento dialético, como nos ensina Karel Kosík (1976), diferencia a representação do conceito relativo a um determinado fenômeno. No dia a dia, nas relações práticas com outros sujeitos e com o mundo material, as pessoas constroem suas próprias representações e noções sobre os objetos e os acontecimentos que apreendem, fixando, assim, o aspecto fenomênico da realidade. Essa relação dá-se de maneira concreta e prática. É por meio dessa práxis que mulheres e homens transformam o mundo e, ao mesmo tempo, se constituem como sujeitos históricos. Desse modo, o conceito de comunidade povoa o "pensamento comum" (Kosík, 1976) segundo diferentes e contraditórias formas de representação da realidade. Supõe-se que indivíduos que residem em bairros populares de centros urbanos, aqueles que vivem em zonas rurais, ou participantes de agrupamentos religiosos ou de grupos formados por problemas comuns, constituem uma comunidade (Cunha, 1991). Compreende-se o seu significado como uma relação social comunitária (Weber, 1994), fundamentada na família, pelas relações com os vizinhos, nas formas de se produzir e pelo modo de vida, marcado pelo sentimento de pertença recíproco. Esse

sentimento de pertença é definidor do conceito de comunidade, uma vez que sempre ocupa uma área territorial, um lugar de integração, tradição e afeto, mas também de hierarquias, conflitos e resistências. Luiz Antônio Cunha (1991) sugere deslocar o eixo da argumentação, a fim de recuperar o sentido do termo comunidade, considerando que sua origem não é brasileira. Este texto propõe analisar, de forma pontual, o conceito de comunidade como um exercício de reflexão teórica que o situa no âmbito dos estudos sobre os povos do campo.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste texto realizou-se uma revisão bibliográfica que, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 158), consiste em "um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema". Nessa perspectiva, a investigação fundamentou-se na análise das contribuições de autores, cujas obras forneceram subsídios teóricos para a compreensão e discussão do conceito de comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo *comunidade* advém do latim, *communitas*: companheirismo, relação em comum. A palavra em si, nada mais é que uma derivação de outra terminologia latina: *communis*, que em português significa "comum", geral, atividade natural realizada em conjunto, a partir de uma ação compartilhada entre um grupo de indivíduos. Do ponto de vista sociológico, "comunidade":

> Pode ser um grupo de indivíduos que têm algo em comum [...]. Pode ser um senso de [...] identificação, como em "espírito de comunidade" ou "senso de comunidade". E também um grupo de pessoas que realizam tipos de trabalhos relacionados entre si, como em "a comunidade da saúde" ou "a comunidade acadêmica". (Johnson, 1997, p.45).

O sociólogo Ferdinand Tönnies (1855-1936) descreve comunidade como resultado de uma união real e orgânica, "constituindo-se espontaneamente a partir do parentesco, da vizinhança e da amizade, enquanto a sociedade, é o resultado de uma união ideal e mecânica, voltada para a obtenção de finalidades específicas" (*apud* Cunha, 1991, p.381). Dessa forma, quando uma comunidade experimenta uma troca baseada no sentimento de pertença, a cidade enquanto um *locus* social, distingue-se por relações mais impessoais, racionais e de caráter

utilitário. Cunha (1991, p.381) por sua vez, esclarece que "na comunidade os homens permanecem unidos apesar de todas as separações, na sociedade eles permanecem separados apesar de todas as uniões". Assim, evidencia-se que a diferença entre esses dois tipos de organização está, sobretudo, na natureza dos laços que unem seus membros.

No Brasil, a noção, ou mesmo a ideia de *comunidade* poderia ser compreendida a partir da formação histórica do território, marcada em grande medida por processos de convivência forçada, conflitos e adaptação (ou não) entre diferentes grupos sociais. Poderíamos ainda considerar as diversas formas de organização dos povos indígenas que já habitavam o território antes do processo colonizador, cujas dinâmicas comunitárias se estruturavam suas específicas particularidades culturais, sociais e simbólicas. Mas, seriam exclusivamente esses os únicos conceitos possíveis de *comunidade*?

Em contraposição à ideia de uma *comunidade* harmônica e neutra, Safira Bezerra Ammann, em sua obra *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*, apresenta uma concepção de comunidade difundida em países subalternizados, como o Brasil, a partir da década de 1950. Para Ammann (2013), baseado nesse marco temporal (1950), passa a se configurar no território nacional, um conceito prático de comunidade totalmente distinto ao que foi tratado até aqui. Emerge, por sua vez, uma concepção de comunidade associada a indivíduos "acríticos e aclassistas". Em outras palavras, isso significa que a ideia de comunidade, nesse contexto, não se articulava em torno de uma construção coletiva consciente e crítica; pelo contrário, associava-se a sujeitos desprovidos de uma postura reflexiva diante da realidade social. Pertencer a uma comunidade, por assim dizer, implicava viver de modo passivo, alheio às divisões sociais, às contradições e aos conflitos de classe existentes.

De acordo com Safira Ammann (2013) tal formulação foi articulada no contexto pós-Guerra Fria, quando organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), em articulação com os Estados Unidos, passaram a fomentar políticas de "desenvolvimento de comunidade" nos países periféricos como estratégia de contenção do avanço de ideais comunistas. Os discursos de incentivo à organização comunitária e ao progresso dirigidos às populações campesinas ou a grupos marginalizados, difundido sobretudo na América Latina, não tinham como objetivo a emancipação política da classe trabalhadora. Ao contrário, buscavam promover sua integração à ordem capitalista vigente, evitando possíveis processos revolucionários como os ocorridos em 1917 na URSS, atual

Rússia.

Dessa forma, a noção de comunidade passa a ser instrumentalizada como mecanismo de construção de grupos de indivíduos orientados pela conciliação e pela adaptação ao modo de produção capitalista. Tratava-se, portanto, de uma concepção que esvazia o potencial crítico e transformador das coletividades, ao passo em que reforça a invisibilização das contradições estruturais, como a exploração, o racismo e as violências de gênero presentes na formação social brasileira, por exemplo. Assim, a visão de comunidade, em países periféricos como o Brasil, esteve altamente entrelaçada à falsa ideia de harmonia e equilíbrio de todos os sujeitos, buscando-se assim o verdadeiro sentido de *desenvolvimento da comunidade* para o capital. Segundo Ammann (2013), a ONU concebe o desenvolvimento de comunidade como:

> Processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país (Ammann, 2013, p.49).

Percebe-se que por trás do discurso de *desenvolvimento de comunidade*, o principal objetivo era o progresso econômico do país, atrelado a expansão da ideologia dominante do modo de produção capitalista.

Assim, é possível determinar que o conceito de comunidade constitui, imprescindivelmente, um campo de disputas materiais, teóricas e políticas. Sua compreensão, é frequentemente apropriada por grupos dominantes, que tendem a obscurecer as contradições sociais, os conflitos de classe e as relações de poder que atravessam a vida coletiva. Em outra perspectiva, o significado de comunidade fundamenta-se naquilo que Thompson (1998) denominava de "história vista a partir de baixo", isto é, na experiência histórica e no modo de vida da classe trabalhadora, sobretudo nos vínculos sociais originados das relações de parentesco e de proximidade, tanto entre familiares quanto entre pessoas que compartilham um mesmo espaço de convivência. Sendo esses mesmos laços marcados pelo sentimento de reciprocidade, pertencimento e solidariedade.

CONCLUSÕES

Com base no que foi exposto, é possível concluir que o conceito de comunidade não constitui uma noção acabada ou universal, uma vez que seus significados variam de acordo com os contextos históricos, sociais, políticos e econômicos nos quais é mobilizado. Embora

o termo esteja frequentemente associado à ideia de harmonia, pertencimento e vida em comum, tal concepção encontra limites nas contradições que atravessam a totalidade social. Nesse sentido, a comunidade configura-se como um espaço permeado por diferenças, tensões e disputas, no qual as relações sociais são constituídas a partir das complexidades históricas e das dinâmicas de classe operante.

Como Safira Ammann (2013) transmite em sua escrita, compreender o significado do que é comunidade exige refletir sobre os interesses, valores e projetos de sociedade que orientam a construção desse conceito. Assim, torna-se inviável estabelecer um modelo ideal ou uma definição única do que possa vir a ser uma *comunidade*, sem antes considerar a multiplicidade de significados e os diferentes contextos nos quais esse conceito se faz inserido, apropriado e projetado.

Portanto, o termo *comunidade* por ser um conceito amplo e multifacetado, não tem um único significado. Com isso, dependendo do contexto, ele pode ser entendido de diferentes formas e representações.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora Brasília Limitada, 1974.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Joger Zahar Editor, 1997.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. R.J.: Paz e terra, 1976.

THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília: UNB, 1994.